

ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2010/2011



Estudos da Central de Balanços
Abril 2012

7



Banco de Portugal
EUROSISTEMA

ANÁLISE SETORIAL DAS
SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS
EM PORTUGAL 2010/2011

Estudos da Central de Balanços

Abril 2012

7



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

BANCO DE PORTUGAL

Av. Almirante Reis, 71

1150-012 Lisboa

www.bportugal.pt

Edição

Departamento de Estatística

Design, impressão e acabamento

DSADM Serviço de Edições e Publicações

Lisboa, 2012

Tiragem

1 000 exemplares

ISSN 1647-967X (impresso)

ISSN 1647-9688 (*on-line*)

Depósito legal n.º 320301/10

NOTA PRÉVIA

A presente análise baseia-se na informação recolhida através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratada pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem, de uma só vez, as obrigações de declaração das contas anuais junto dos Ministérios das Finanças e da Justiça, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística (INE).

A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados. No caso dos dados de 2010, na sequência da alteração do normativo contabilístico aplicável à generalidade das empresas, o prazo de entrega da IES foi alargado para o dia 30 de setembro de 2011.

A declaração IES relativa a 2010 constitui o primeiro reporte das contas anuais das empresas em conformidade com o SNC – Sistema de Normalização Contabilística, tendo como consequência a descontinuação de alguns conceitos contabilísticos baseados no anterior POC – Plano Oficial de Contabilidade. Esta alteração de normativo contabilístico tornou ainda mais relevante o processo de controlo de qualidade que o Banco de Portugal efetua sobre a informação reportada pelas empresas. Este processo visa essencialmente assegurar a coerência da informação contabilística no exercício económico e a consistência temporal dos principais agregados. No âmbito dessa análise é também efetuado o confronto da informação reportada com os dados obtidos no âmbito dos outros sistemas de estatísticas da responsabilidade do Banco de Portugal.

Deste modo, os dados disponíveis para o universo das empresas em Portugal referem-se a 2010, podendo ser complementados, para um conjunto restrito de empresas, com informação trimestral para um período mais recente. Os dados da Central de Balanços relativos a 2011 são de natureza preliminar, abrangendo os três primeiros trimestres do ano, e baseiam-se nos dados contabilísticos trimestrais reportados através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). O ITENF é um inquérito do INE e do Banco de Portugal realizado junto de uma amostra de empresas, através do qual se procura obter informação sobre um grupo de variáveis económico-financeiras. As respostas obtidas no âmbito do ITENF, relativas a cerca de três mil empresas, cobrem uma parte significativa da situação e da atividade do setor institucional das Sociedades não Financeiras (SNF) em Portugal e podem ser utilizadas para estimar a sua evolução global. Os resultados trimestrais refletem sobretudo o que se passa nos setores de atividade económica e nas classes de dimensão que se encontram mais bem cobertos no ITENF, nomeadamente a *Indústria* e as grandes empresas.

SUMÁRIO

Em 2010, os dados da Central de Balanços do Banco de Portugal refletem uma melhoria da atividade das Sociedades não Financeiras (SNF) em Portugal, bem como da rentabilidade dos capitais próprios do setor. Para 2011, pelo contrário, a informação disponível até ao terceiro trimestre aponta para uma acentuada desaceleração destes indicadores. Os resultados apresentados pelas SNF enquadram-se na evolução do PIB português, que cresceu 1.4% em 2010, embora exibindo uma tendência decrescente ao longo do ano, e que, de acordo com os dados preliminares do INE, se retraiu 1.6% em 2011.

Após a diminuição de 7% em 2009, o EBITDA (Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações, do inglês *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) das SNF cresceu 13% em 2010, mas esta melhoria não foi observada de forma homogénea por todas as empresas. Por outro lado, o número de empresas em atividade em Portugal diminuiu pelo segundo ano consecutivo, cifrando-se esta diminuição em cerca de 3% em 2010.

O EBITDA cresceu em 2010 nas grandes empresas e nas microempresas, enquanto nas PME registou uma diminuição. Já a rentabilidade dos capitais próprios cresceu em todas as classes de dimensão, em termos médios, com destaque para as grandes empresas. A *Construção* foi a atividade que exibiu os piores resultados, tendo o EBITDA decrescido. Em termos da rentabilidade dos capitais próprios a melhoria foi mais significativa nos *Outros Serviços*. Ainda assim, a *Eletricidade e Água* foi o setor mais rentável e a *Agricultura e Pescas* o menos rentável.

Em 2010 o financiamento por capitais próprios continuou diminuto: representava menos de 24% do ativo na maioria das empresas. As microempresas apresentaram resultados muito heterogéneos, mas mantiveram a maior autonomia financeira média (41%). Por setores de atividade económica, a *Construção* permaneceu com o menor grau de autonomia financeira (22%).

A dívida financeira (empréstimos bancários, títulos de dívida e financiamentos de empresas do grupo) representava mais de dois terços do financiamento alheio. Face a 2009 verificou-se um crescimento generalizado de todas as componentes da dívida financeira, com maior destaque para os financiamentos de empresas do grupo que aumentaram 14%. Embora as condições de financiamento da economia portuguesa se tenham agravado em 2010, esse efeito não foi imediatamente refletido nas contas das empresas. Com efeito, os juros suportados pelas SNF continuaram em queda, ainda que menos ligeira do que a ocorrida em 2009. Em consequência, o peso dos juros no EBITDA melhorou, tendo-se situado em 17%. Pelo contrário, os dados disponíveis para 2011 indiciam um acréscimo significativo dos encargos com a dívida, nomeadamente na componente de juros suportados.

Os créditos comerciais representavam 17% do passivo das SNF, tendo crescido cerca de 2% em 2010. Ainda assim, os créditos concedidos a clientes foram superiores aos créditos obtidos por fornecedores (com exceção do setor da *Agricultura e Pescas*). Em linha com a recuperação da atividade económica em 2010 registou-se uma redução generalizada dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos (exceto na *Construção*).

De acordo com a informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal para 2011, os empréstimos concedidos às SNF por instituições de crédito residentes retraíram-se 3%, com destaque para as empresas de menor dimensão e para os setores *Comércio*, *Construção* e *Indústria*. O rácio de crédito vencido no crédito concedido a SNF cresceu de forma significativa em 2011, tendo atingido os 7%. Este aumento foi particularmente expressivo nas microempresas e no setor da *Construção*.

Por último, a informação adicional disponível no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos do Banco de Portugal revela um aumento de 3% no recurso à emissão de títulos de dívida por parte das SNF em 2011. Este tipo de financiamento é utilizado maioritariamente pelas grandes empresas e pelas empresas dos *Outros Serviços* e da *Eletricidade e Água*. Em 2011 aumentou a preferência por emissões de curto prazo, tendo-se invertido a tendência de crescimento que as emissões de longo prazo vinham a verificar desde 2007.

ÍNDICE

I SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2010/2011



7

15	1 Introdução
16	2 Estrutura e Dinâmica
16	2.1 Estrutura
17	2.2 Dinâmica
20	3 Análise Económica e Financeira
20	3.1 Enquadramento
20	3.2 Atividade e rendibilidade
20	3.2.1 Volume de negócios
22	3.2.2 Custos da atividade operacional
24	<i>Caixa 1 Relevância do exterior na atividade operacional das Sociedades não Financeiras</i>
26	3.2.3 EBITDA
27	3.2.4 Rendibilidade dos capitais próprios
29	3.3 Situação financeira
29	3.3.1 Estrutura financeira
32	<i>Caixa 2 Empréstimos obtidos junto de instituições de crédito residentes – caracterização com base na Central de Responsabilidades de Crédito</i>
34	3.3.2 Custos financeiros e solvabilidade
36	<i>Caixa 3 Crédito obtido através da emissão de títulos de dívida – caracterização com base no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos</i>
38	3.3.3 Financiamento por dívida comercial

II ANEXOS E REFERÊNCIAS

44	Síntese Metodológica
46	Referências

ÍNDICE DE GRÁFICOS

- 16** Gráfico 1 Estrutura das SNF (2010)
- 18** Gráfico 2 Indicadores demográficos das SNF
- 21** Gráfico 3 Volume de negócios | Taxa de crescimento anual
- 21** Gráfico 4 Volume de negócios | Distribuição por quartis da taxa de crescimento anual
- 23** Gráfico 5 Custos da atividade operacional | Taxa de crescimento anual
- 24** *Caixa 1 - Gráfico 1.1 Exportações e Importações de bens e serviços (2010)*
- 25** *Caixa 1 - Gráfico 1.2 Transações de bens e serviços com o exterior (Saldo em 2009 e 2010)*
- 27** Gráfico 6 Rendibilidade dos capitais próprios
- 29** Gráfico 7 Autonomia financeira | Distribuição por quartis e média ponderada
- 30** Gráfico 8 Estrutura do passivo (2010)
- 31** Gráfico 9 Evolução da dívida financeira e dos créditos comerciais | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)
- 32** *Caixa 2 - Gráfico 2.1 Evolução do financiamento obtido junto de IC residentes | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)*
- 33** *Caixa 2 - Gráfico 2.2 Rácios de crédito vencido*
- 33** *Caixa 2 - Gráfico 2.3 Empresas com crédito vencido*
- 34** Gráfico 10 Juros suportados | Taxa de crescimento anual e taxa de juro de mercado
- 35** Gráfico 11 Peso dos juros suportados no EBITDA
- 36** *Caixa 3 - Gráfico 3.1 Financiamento por títulos de dívida (posição em 2011)*
- 37** *Caixa 3 - Gráfico 3.2 Estrutura dos detentores de títulos de dívida (2011) | 2010 entre parênteses*
- 38** Gráfico 12 Prazo médio de recebimentos | Em dias
- 39** Gráfico 13 Prazo médio de pagamentos | Em dias
- 39** Gráfico 14 Financiamento líquido por dívida comercial | Em % do volume de negócios

ÍNDICE DE QUADROS

- 17** Quadro 1 Estrutura por classes de dimensão (2010)
- 18** Quadro 2 Rácio de natalidade/mortalidade
- 19** Quadro 3 Rácio de natalidade/mortalidade (divisão da CAE Rev. 3)
- 20** Quadro 4 PIB e principais componentes | Taxa de crescimento anual
- 22** Quadro 5 Volume de negócios | Taxa de crescimento anual
- 23** Quadro 6 Custos da atividade operacional | Estrutura (2010)
- 26** Quadro 7 EBITDA | Taxa de crescimento anual
- 26** Quadro 8 EBITDA | Empresas com crescimento anual
- 28** Quadro 9 Rendibilidade dos capitais próprios
- 28** Quadro 10 Empresas com capitais próprios negativos
- 37** *Caixa 3 - Quadro 3.1 Peso dos títulos de dívida de curto prazo no total de títulos de dívida emitidos*

ABREVIATURAS

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas
EBITDA	Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (do inglês <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i>)
ENI	Empresários em Nome Individual
FSE	Fornecimentos e Serviços Externos
IC	Instituições de Crédito
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
p.p.	Pontos Percentuais
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas (excluem as microempresas, neste <i>Estudo</i>)
POC	Plano Oficial de Contabilidade
SEC 95	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995
SNC	Sistema de Normalização Contabilística
SNF	Sociedades não Financeiras



SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2010/2011



INTRODUÇÃO



ESTRUTURA E DINÂMICA



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



I SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2010/2011

1 INTRODUÇÃO

O estudo *Análise Setorial das Sociedades não Financeiras em Portugal 2010/2011* avalia a situação económica e financeira das SNF¹ residentes em Portugal a partir da informação compilada pela Central de Balanços do Banco de Portugal².

Os resultados apresentados nesta publicação complementam os dados agregados sobre as empresas³, apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados no âmbito das publicações estatísticas do Banco de Portugal⁴, e correspondem a uma atualização, com mais um ano de informação, do *Estudo da Central de Balanços | 3 – Análise Sectorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal*, de setembro de 2011. A análise incide particularmente sobre a evolução registada em 2010, fazendo uso de informação apurada a partir do reporte IES mais recente e, sempre que os dados de base o permitem, inclui-se igualmente informação relativa ao ano de 2011.

A heterogeneidade das empresas que constituem o setor das SNF torna indispensável complementar a análise baseada em dados agregados com indicadores microeconómicos onde seja possível caracterizar subgrupos de empresas, como são exemplo os setores de atividade económica ou as classes de dimensão de empresas.

A análise inicia-se com uma breve referência à estrutura e dinâmica do setor das SNF em 2010. De seguida analisa-se a evolução recente do seu volume de negócios e procura-se determinar em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas pelas empresas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas, procurando também dar alguma informação sobre a respetiva capacidade de solvência.

Por último, a partir da informação complementar disponível noutras bases de dados do Departamento de Estatística do Banco de Portugal, apresentam-se detalhes sobre a dívida financeira das SNF portuguesas, nomeadamente no que respeita a empréstimos do setor financeiro e a dívida titulada.

Em Anexo apresenta-se uma síntese metodológica com a definição dos principais conceitos utilizados ao longo do *Estudo*.

1 O setor das SNF constitui um dos cinco setores institucionais da economia. A setorialização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC 95), aprovado pelo Conselho através do Regulamento nº 2223/96, de 25 de junho. O SEC95 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. Tendo por base este normativo, os Empresários em Nome Individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos Particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste documento para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios).

2 A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais (Central de Balanços Anual) comunicados no âmbito da IES e nos dados contabilísticos trimestrais (Central de Balanços Trimestral) reportados pelas empresas através do ITENF. Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de três mil empresas, representativas de 40% do volume de negócios do setor. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os Suplementos ao Boletim Estatístico 5/2005 – *Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços*, e 1/2008 – *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços*, bem como a publicação *Estudos da Central de Balanços | 6 – Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, de dezembro de 2011.

3 Por uma questão de simplificação utiliza-se neste *Estudo* as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada, sendo que ambas excluem o agregado dos ENI.

4 As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no Boletim Estatístico do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos Quadros do Setor, ambos disponíveis no sítio do Banco de Portugal na Internet e no *BPstat | Estatísticas Online*.

Em 2010, o universo das SNF em Portugal era constituído por cerca de 370 mil empresas

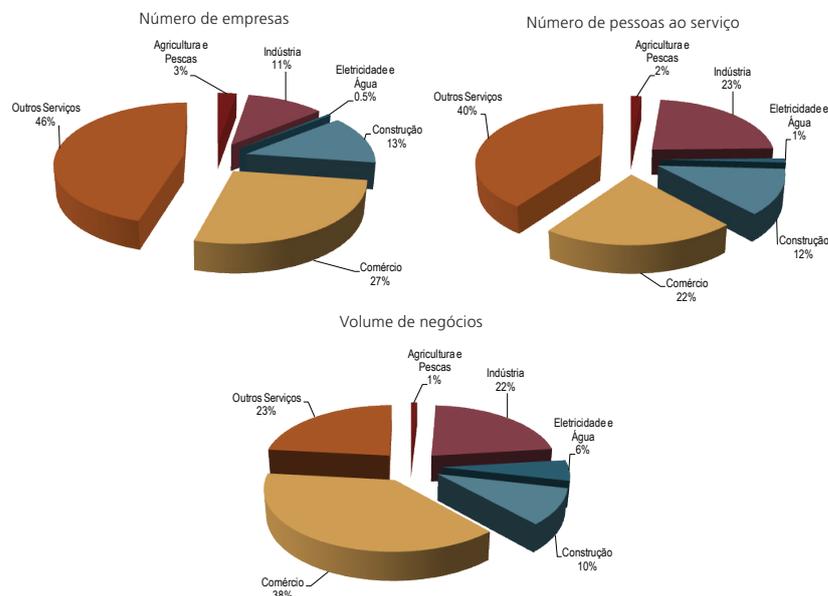
2 ESTRUTURA E DINÂMICA

2.1 Estrutura

O setor das SNF utilizado como referência para as estatísticas da Central de Balanços do Banco de Portugal era constituído em 2010 por cerca de 370 mil empresas. Tal como em 2009, o agregado dos *Outros Serviços* continha o maior número de empresas, cerca de 166 mil, seguido do *Comércio*, com cerca de 100 mil. A *Agricultura e Pescas*, com cerca de 10 mil empresas, e a *Eletricidade e Água*, com menos de 2 mil empresas, mantiveram-se como as atividades com menor número de empresas.

Gráfico 1

ESTRUTURA DAS SNF (2010)



Predominância das atividades ligadas aos serviços...

Agregando 46% das empresas e 40% do número de pessoas ao serviço, o setor dos *Outros Serviços* manteve em 2010 uma contribuição na ordem dos 23% para o volume de negócios total (Gráfico 1), 6% dos quais afetos à Secção H – *Transportes e armazenagem* e 4% associados à Secção J – *Atividades de informação e comunicação*, que inclui, entre outras, as atividades associadas às telecomunicações. Atendendo ao número de empresas, as atividades mais relevantes associadas a este setor foram, por outro lado, as da Secção M – *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, onde se incluem as atividades de consultoria de gestão, jurídica, engenharia, entre outras, e as da Secção I – *Alojamento, restauração e similares*, que agregavam 9% do total de SNF, em cada um dos casos. Já no que respeita ao número de pessoas ao serviço, o setor dos *Outros Serviços* incorporava um contributo significativo da Secção N – *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (10% do total das SNF), onde se incluem as atividades de trabalho temporário, para além da Secção I – *Alojamento, restauração e similares* (7%).

Ao nível do volume de negócios, o maior contributo provinha do *Comércio* (38%). Já a *Indústria* assegurava cerca de 11% do número de empresas, 23% do número de pessoas ao serviço e 22% do volume de negócios do total das SNF.

À semelhança do registado em 2009, 99.7% das SNF em Portugal apresentava uma dimensão micro, pequena ou média. As grandes empresas, embora mantendo em 2010 o peso relativo em número de empresas (0.3%), aumentaram a sua relevância quer em número de pessoas ao serviço (29%, face a 28% em 2009) quer em volume de negócios (43%, face a 41% em 2009).

... e das micro, pequenas e médias empresas (99.7% da SNF em Portugal)

As microempresas constituíam a classe de dimensão dominante, em termos de número de empresas, em todos os setores de atividade económica considerados (Quadro 1). Ainda assim, os setores da *Indústria* e da *Eletricidade e Água* apresentavam um menor peso relativo desta classe de dimensão (68% e 71%, respetivamente).

Ao nível do número de pessoas ao serviço as PME mantiveram predominância, quer no agregado das SNF, quer na maioria dos setores de atividade económica. As exceções foram a *Eletricidade e Água* e os *Outros Serviços*, onde as grandes empresas tiveram supremacia (49% e 40%, respetivamente).

Em termos de volume de negócios as grandes empresas superaram as PME ao nível do contributo para o valor agregado das SNF (43%, face a 42% das PME). Este maior contributo foi sentido em praticamente todos os setores de atividade, com destaque para a *Indústria*, setor no âmbito do qual as grandes empresas congregaram perto de 48% do volume de negócios, representado um aumento de 3 p.p. face a 2009. A única exceção ocorreu na *Eletricidade e Água* onde o contributo das grandes empresas diminuiu 1 p.p., para 78%, mantendo-se, ainda assim, como atividade onde as grandes empresas tinham maior relevo.

As grandes empresas foram responsáveis por 43% do volume de negócios das SNF

Quadro 1

ESTRUTURA POR CLASSES DE DIMENSÃO (2010)								
Indicador	Dimensão	Total	Por setores de atividade económica					
			Agricultura e Pescas	Indústria	Eletricidade e Água	Construção	Comércio	Outros Serviços
Número de Empresas	Microemp.	87.3%	90.1%	68.3%	71.0%	83.9%	89.3%	91.8%
	PME	12.4%	9.8%	31.0%	26.7%	15.9%	10.5%	8.0%
	Grandes emp.	0.3%	0.1%	0.7%	2.3%	0.2%	0.2%	0.3%
Número Pessoas ao Serviço	Microemp.	26.2%	42.1%	13.8%	5.5%	29.9%	35.3%	27.3%
	PME	45.0%	52.8%	65.1%	45.8%	51.8%	41.4%	33.0%
	Grandes emp.	28.8%	5.1%	21.0%	48.8%	18.3%	23.2%	39.8%
Volume de Negócios	Microemp.	15.3%	38.3%	6.2%	2.0%	17.8%	18.5%	19.8%
	PME	41.9%	53.4%	45.7%	19.7%	46.7%	43.6%	38.2%
	Grandes emp.	42.8%	8.3%	48.1%	78.3%	35.6%	37.8%	42.0%

2.2 Dinâmica

No ano de 2010 registou-se uma contração do universo das SNF, com a taxa de mortalidade das empresas a ultrapassar a de natalidade pelo segundo ano consecutivo. O saldo natural situou-se próximo dos -3% (Gráfico 2).

O número de empresas em atividade diminuiu em 2010, pelo segundo ano consecutivo

O Quadro 2 apresenta o rácio natalidade/mortalidade no período 2006-2010, sendo possível verificar que as microempresas registam valores mais próximos da unidade⁵, ao passo que, com exceção do ano de 2007, as PME e particularmente as grandes empresas se situam em níveis que refletem uma redução do número de empresas dessa tipologia no universo de SNF.

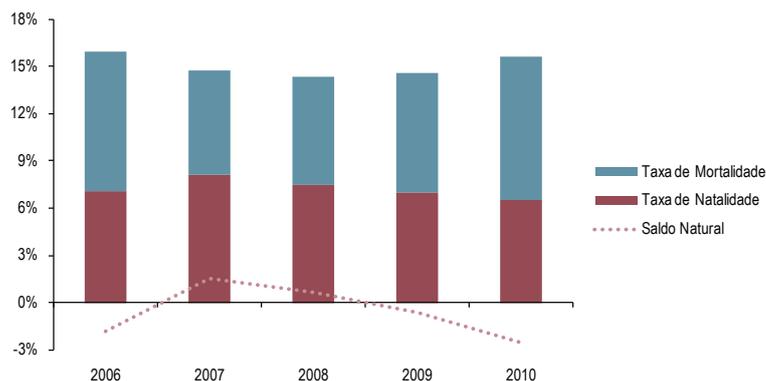
5 Nível atingido quando as empresas criadas equivalem, em número, às empresas cessadas num determinado ano.

As microempresas apresentaram o melhor saldo entre criações e cessações ...

Em 2010, apesar do número absoluto de cessações e criações ser relativamente reduzido no âmbito das grandes empresas, não deixa de ser assinalável que por cada empresa criada perto de 8 extinguiram-se (por encerramento ou por fusão noutra(s) entidade(s)). Nas PME esta relação foi de 1 para 5, enquanto nas microempresas se aproximou mais do equilíbrio.

Gráfico 2

INDICADORES DEMOGRÁFICOS DAS SNF



Quadro 2

RÁCIO DE NATALIDADE/MORTALIDADE

	2006	2007	2008	2009	2010
Microempresas	0.78	1.27	1.13	0.94	0.75
Pequenas e médias empresas	0.74	0.99	0.76	0.59	0.22
Grandes empresas	0.42	1.29	0.47	0.73	0.13
Total	0.78	1.25	1.10	0.91	0.70

O Quadro 3 permite desenvolver o mesmo tipo de análise atendendo ao setor de atividade económica, representando as manchas mais escuras um rácio de natalidade/mortalidade mais elevado, ou seja, um aumento efetivo do número de empresas.

... bem como as atividades ligadas aos serviços

A proliferação dos serviços na economia nacional é notória, com o setor dos *Outros Serviços* a revelar elevado dinamismo com rácios de natalidade/mortalidade sistematicamente acima de 1.25. Também no setor da *Eletricidade e Água* é possível notar algum crescimento, parcialmente explicado pelo recente processo de liberalização do setor energético nacional. Na situação oposta encontra-se a *Indústria*, com os rácios apurados para a maioria das atividades que a compõem a fixarem-se abaixo da unidade.

É interessante notar a resiliência exibida pela *Agricultura e Pescas*. No entanto, dentro do setor é possível perceber evoluções distintas, com o número de empresas ligadas à Agricultura, produção animal e Silvicultura a aumentar, enquanto nas atividades ligadas às pescas diminui de forma significativa.

Quadro 3

RÁCIO DE NATALIDADE/MORTALIDADE (DIVISÃO DA CAE REV. 3)													
Setor	Div.	2006	2007	2008	2009	2010	Setor	Div.	2006	2007	2008	2009	2010
Agricultura e Pescas	01						Comércio	45					
	02							46					
	03							47					
Indústria	05						Outros Serviços	49					
	06							50					
	07							51					
	08							52					
	09							53					
	10							55					
	11							56					
	12							58					
	13							59					
	14							60					
	15							61					
	16							62					
	17							63					
	18							68					
	19							69					
	20							70					
	21							71					
	22							72					
	23							73					
	24							74					
25						75							
26						77							
27						78							
28						79							
29						80							
30						81							
31						82							
32						85							
33						86							
35						87							
36						88							
37						90							
38						91							
39						92							
41						93							
42						94							
43						95							
						96							

Legenda: Os códigos de Divisão apresentados correspondem aos da CAE Rev. 3 (consultar em <http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=caerev3&xpid=INE>). Os rácios de criações/cessações foram agrupados em 4 escalões, correspondendo a cada escalão uma cor:

- Superior a 1.25;
- Entre 1 e 1.25;
- Entre 0.75 e 1;
- Inferior a 0.75.

3 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 Enquadramento

Embora em desaceleração ao longo do ano, o PIB português cresceu 1.4% em 2010

Em 2010 a atividade económica em Portugal cresceu 1.4%, embora em desaceleração ao longo do ano, situação que se verificou após a forte contração registada em 2009 (2.9%) (Quadro 4). Do lado da procura este crescimento assentou no dinamismo das exportações – em linha com a evolução dos fluxos de comércio internacional – bem como num crescimento assinalável do consumo privado, em parte influenciado por alterações de natureza fiscal que induziram uma antecipação de decisões de aquisição de bens duradouros.

Em 2011, num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros internacionais, o setor público português – e, em consequência, o setor bancário – perdeu acesso a financiamento de mercado em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia, o que deu lugar à formalização de um programa de assistência económica e financeira em que o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Embora estas medidas visem assegurar condições indispensáveis ao crescimento da economia portuguesa, no curto prazo têm um inevitável efeito contracionista.

Em 2011 o PIB caiu 1.6%

Assim, 2011 terminou com a atividade económica a recuar 1.6% em virtude de retrações consideráveis no consumo privado e público, bem como da formação bruta de capital fixo. A atenuar estes efeitos esteve a componente de exportações líquidas, que apresentou uma evolução favorável⁶.

Quadro 4

PIB E PRINCIPAIS COMPONENTES Taxa de crescimento anual					
	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	2.4%	0.0%	-2.9%	1.4%	-1.6%
Consumo privado	2.5%	1.3%	-2.3%	2.1%	-3.9%
Consumo público	0.5%	0.3%	4.7%	0.9%	-3.9%
Formação bruta de capital fixo	2.6%	-0.3%	-8.6%	-4.1%	-11.4%
Exportações	7.5%	-0.1%	-10.9%	8.8%	7.4%
Importações	5.5%	2.3%	-10.0%	5.4%	-5.5%

Fonte: INE e Banco de Portugal

3.2 Atividade e rendibilidade

3.2.1 Volume de negócios⁷

O volume de negócios das SNF voltou a crescer em 2010 (3%), depois do decréscimo registado em 2009 (8%)

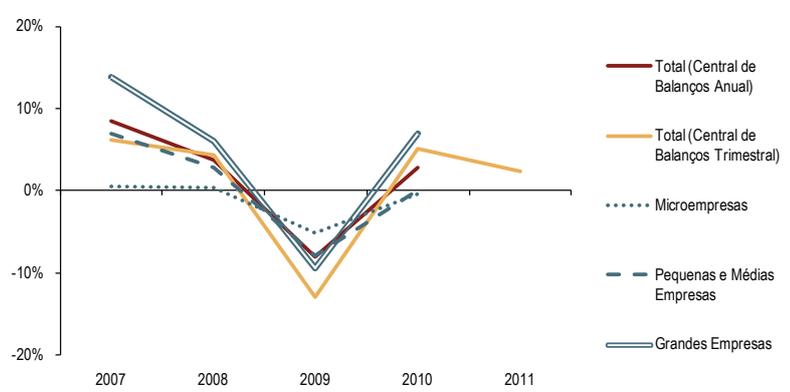
De acordo com os dados anuais da Central de Balanços o volume de negócios das SNF aumentou 3% em 2010, depois de ter decrescido 8% em 2009. Informação preliminar da mesma base de dados (apurada a partir do ITENF) indicia, porém, uma nova desaceleração neste indicador até ao terceiro trimestre de 2011 (Gráfico 3).

⁶ Para mais informações acerca da evolução da atividade económica em Portugal recomenda-se a consulta do Relatório Anual do Banco de Portugal, bem como do *Boletim Económico*, divulgado trimestralmente. Ambas as publicações encontram-se disponíveis em <http://www.bportugal.pt>.

⁷ A "Caixa 1 | Relevância do exterior na atividade operacional das Sociedades não Financeiras" disponibiliza informação complementar sobre o peso do mercado externo na atividade das SNF residentes em Portugal

Gráfico 3

VOLUME DE NEGÓCIOS | Taxa de crescimento anual

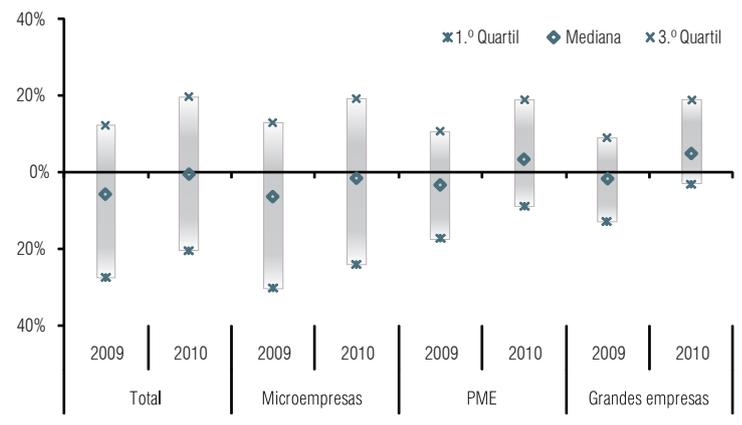


Em termos médios, a recuperação do volume de negócios em 2010 deveu-se sobretudo às grandes empresas (7%), dado que tanto as microempresas como as PME apresentaram crescimentos marginalmente negativos. Contudo, a análise detalhada dos dados individuais permite comprovar que todas as classes de dimensão apresentaram melhorias neste indicador (Gráfico 4). Com efeito, o valor central da distribuição das taxas de crescimento dos volumes de negócios individuais passou de -7% para -2% nas microempresas, de -4% para 3% nas PME e de -2% para 5% nas grandes empresas. Esta melhoria é extensível a todos os quartis da distribuição.

O crescimento em 2010 ficou a dever-se às grandes empresas...

Gráfico 4

VOLUME DE NEGÓCIOS | Distribuição por quartis da taxa de crescimento anual



Por setores de atividade económica o crescimento do volume de negócios foi observado na Indústria (7%), no Comércio (6%) e na Agricultura e Pescas (3%) (Quadro 5). Com decréscimos na atividade destacam-se os Outros Serviços (2%), que no seu conjunto viram agravar o valor apresentado em 2009 (-1%), tendo as quedas mais relevantes sido registadas nas Secções L – Atividades Imobiliárias e M – Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, onde o volume de negócios diminuiu 17% e 13%, respetivamente.

... e às empresas dos setores da Indústria e do Comércio

A *Eletricidade e Água* teve a maior parcela de empresas com crescimento no volume de negócios...

... a *Construção* situou-se na posição oposta

Na *Eletricidade e Água* verificou-se também uma diminuição do volume de negócios agregado em 2%. Porém, este foi o setor com maior proporção de empresas a crescer neste indicador. Esta situação explica-se pela dinâmica que o setor tem exibido, com empresas a iniciar atividade e a conseguir lentamente alargar as suas quotas de mercado, ainda que o setor continue a ser dominado por um conjunto reduzido de grandes empresas que determinam os valores médios do setor.

Na *Construção*, apesar da evolução favorável registada face a 2009, apenas 45% das empresas viram o seu volume de negócios aumentar em 2010. Esta atividade passou a apresentar os piores resultados neste indicador, situação registada pelo *Comércio* em 2009.

Quadro 5

VOLUME DE NEGÓCIOS Taxa de crescimento anual								
Dimensão de análise	Ano	Total	Por setores de atividade económica					
			Agricultura e Pescas	Indústria	Eletricidade e Água	Construção	Comércio	Outros Serviços
Taxa de crescimento anual do volume de negócios	2009	-8.1%	-7.8%	-16.2%	-17.9%	-3.8%	-6.6%	-1.4%
	2010	2.8%	3.4%	6.9%	-2.3%	0.0%	5.5%	-2.4%
Número de empresas com crescimento	2009	39.8%	39.0%	34.4%	48.7%	38.4%	36.3%	44.0%
	2010	48.4%	52.0%	51.2%	69.9%	45.1%	47.2%	48.8%

3.2.2 Custos da atividade operacional⁸

Em linha com a atividade, os custos da atividade operacional cresceram 3% em 2010

Em 2010 os custos associados à atividade operacional das SNF aumentaram 3% face ao período homólogo (Gráfico 5). Esta evolução, que acompanha a registada ao nível do volume de negócios, decorreu essencialmente do crescimento do CMVMC (4%) e dos FSE (1%), na medida em que os custos com o pessoal acentuaram a tendência de desaceleração que já vinha sendo registada desde 2008, tendo apresentado em 2010 uma taxa de variação de -1%. Os dados preliminares da Central de Balanços relativos a 2011 apontam para uma desaceleração dos custos da atividade operacional, em linha com a retração da atividade económica das SNF.

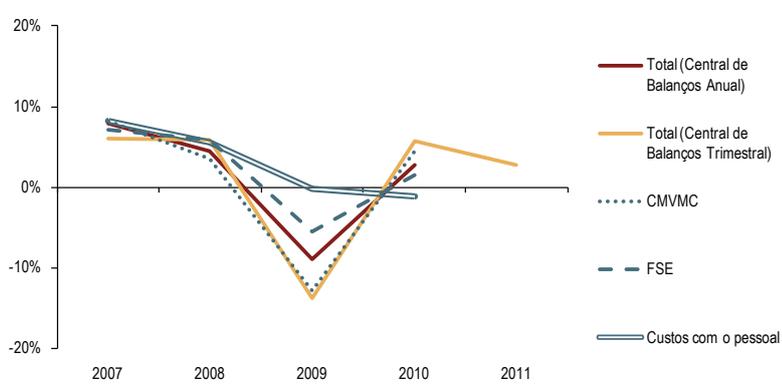
Evolução positiva explicada pelas grandes empresas, com as restantes classes de dimensão a registarem variações marginais

O crescimento ocorrido em 2010 nos custos da atividade operacional das SNF deveu-se essencialmente às grandes empresas (7%), na medida em que nas microempresas e nas PME o crescimento foi marginal. Nas empresas de grande dimensão todos os custos em análise cresceram, inclusive a componente de custos com o pessoal cuja subida se situou, no entanto, abaixo de 1%. Nas restantes classes de dimensão esta componente sofreu quedas mais significativas a que se associaram reduções dos CMVMC no caso das microempresas, e dos FSE no caso das PME.

⁸ O agregado "custos da atividade operacional" procura fazer um paralelismo com o que no POC era definido por custos operacionais, agregando apenas as rubricas mais relevantes destes: Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC), Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e Custos com o Pessoal.

Gráfico 5

CUSTOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL | Taxa de crescimento anual



Quadro 6

CUSTOS DA ATIVIDADE OPERACIONAL | Estrutura (2010)

Rubrica	Total	Por dimensão das empresas			Por setores de atividade econômica					
		Micro	PME	Grandes	Agric. e Pescas	Indúst.	Elet. e Água	Constr.	Comérc.	Outros Serv.
CMVMC	56.6%	53.4%	55.1%	59.3%	52.6%	63.7%	77.0%	25.9%	80.8%	16.0%
FSE	27.7%	29.1%	27.9%	27.0%	30.2%	20.4%	16.1%	55.4%	11.0%	54.9%
Custos com o pessoal	15.7%	17.5%	17.0%	13.7%	17.3%	15.9%	6.9%	18.7%	8.2%	29.1%

A nível setorial as principais variações positivas dos custos da atividade operacional ocorreram na *Indústria* (7%) e no *Comércio* (5%). Com efeito, as diferentes estruturas de custos existentes entre setores implicaram evoluções distintas da rubrica de custos da atividade operacional. Na *Construção* e nos *Outros Serviços* os FSE tinham a maior relevância relativa, compreendendo 55% dos respetivos custos da atividade operacional (Quadro 6). Nos restantes setores a rubrica com maior relevância foi o CMVMC (pesos entre 53% e 81%, nos setores da *Agricultura e Pescas* e do *Comércio*, respetivamente). Os custos com o pessoal apresentavam grande relevo nos *Outros Serviços* (29%), enquanto na *Eletricidade e Água* (7%) e no *Comércio* (8%) tinham menor significância.

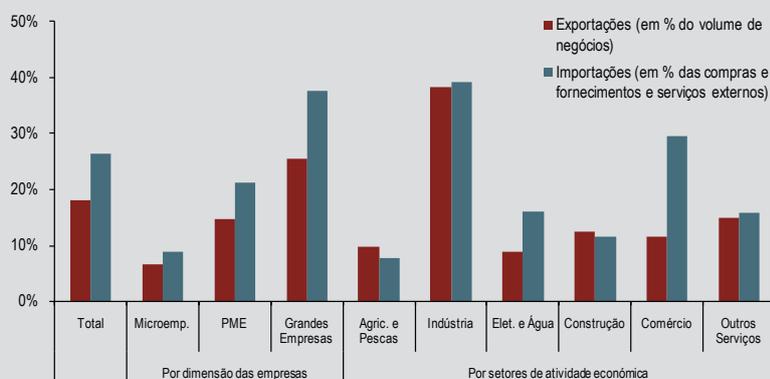
CAIXA 1 | RELEVÂNCIA DO EXTERIOR NA ATIVIDADE OPERACIONAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS

Procede-se nesta Caixa à avaliação do peso do mercado externo na atividade operacional das SNF em Portugal tendo por base os dados da IES⁹. Em 2010 as exportações de bens e serviços cresceram 14%, passando a representar 18% do volume de negócios agregado das SNF, que compara com 16% em 2009. De forma similar ao verificado em anos anteriores, o peso do exterior nas vendas e prestações de serviços das SNF foi diretamente proporcional à dimensão das empresas: 7% nas microempresas e mais de 25% nas grandes empresas (Gráfico 1.1).

Por setores de atividade económica a *Indústria* continuou em 2010 a apresentar a maior parcela do volume de negócios a ser absorvida no mercado externo (38%), tendo esta verificado um aumento de 2 p.p. face a 2009. Em termos de crescimento este setor apenas foi ultrapassado pelo *Comércio* que subiu de 9%, em 2009, para 12%, em 2010.

Gráfico 1.1

EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS (2010)



No que concerne às importações, 26% das aquisições de bens e serviços por parte das SNF teve origem no exterior (25% em 2009), ainda que as importações tenham registado um crescimento de 12%, abaixo do crescimento registado ao nível das exportações. Também aqui o grau de relacionamento com outros países cresce com a dimensão das empresas. Assim, enquanto nas microempresas apenas 9% das compras foram efetuadas fora de Portugal, nas PME essa parcela foi de 21% e nas grandes empresas de 38%. A classe das grandes empresas destacou-se por ter verificado um aumento do peso das importações em 4 p.p. enquanto nas restantes classes esse peso diminuiu 1 p.p..

Por setores de atividade económica destaque novamente para a *Indústria*, em que 39% das compras foram efetuadas no exterior (aumento de 2 p.p. face a 2009). A atividade mais próxima é a do *Comércio* (30%), que registou em 2010 um acréscimo de 4 p.p. neste indicador. No sentido contrário é de notar a menor dependência do exterior exibida pelo setor da *Eletricidade e Água* (as compras ao exterior representaram 21% em 2009, que compara com 16% em 2010).

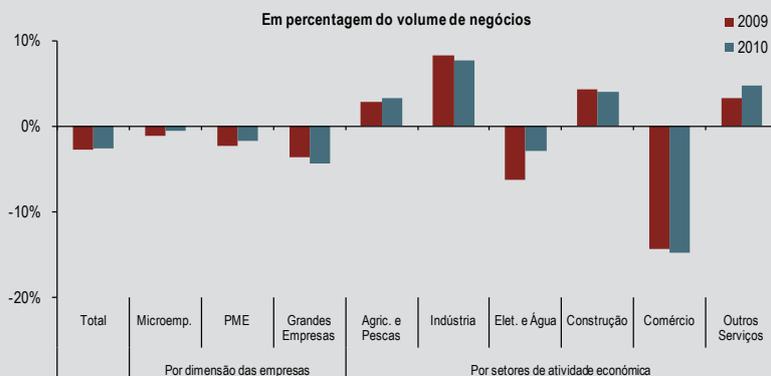
Os dados da Central de Balanços do Banco de Portugal confirmam o saldo deficitário global das operações comerciais com o exterior do setor das SNF. Em 2010, as importações efetuadas pelas SNF excederam as exportações num montante equivalente a mais de 2% do respetivo volume de negócios, situação similar à registada em 2009 (Gráfico 1.2).

Por dimensão das empresas, embora todas as classes tenham mantido saldos negativos, há que destacar em 2010 uma ligeira melhoria nas microempresas e nas PME, enquanto nas grandes empresas houve um agravamento.

⁹ Os dados reportados pelas empresas no âmbito da IES relativamente a operações de exportação e de importação de bens e serviços são sujeitos a controlo de qualidade no Banco de Portugal por confronto, nomeadamente, com os dados da balança de pagamentos. Ainda assim, o controlo que é possível efectuar não garante que os dados finais de cada empresa na IES sejam totalmente coincidentes com os dados que sobre ela constam nas estatísticas do comércio internacional.

Gráfico 1.2

TRANSAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS COM O EXTERIOR (SALDO EM 2009 E 2010)



Por setores de atividade económica o *Comércio* e a *Eletricidade e Água* mantiveram o saldo negativo, embora seja de realçar a melhoria no saldo deste último setor face a 2009 (3 p.p.).

Importa ainda notar a situação da *Indústria* e dos *Outros Serviços*. No primeiro caso, por se tratar do setor estruturalmente mais exportador, com o saldo das transações com o exterior a ascender a 8% do respetivo volume de negócios em 2010 (valor similar ao registado em 2009). No caso do setor dos *Outros Serviços* o saldo exportador cifrou-se, em 2010, em cerca de 5% do seu volume de negócios, tendo registado um crescimento significativo face a 2009 (em 1.4 p.p.); neste domínio, merece destaque a Secção H – *Transportes e Armazenagem*, no âmbito da qual o saldo ascendeu a perto de 18% (11% em 2009) do respetivo volume de negócios. Esta evolução, a par do saldo positivo registado pelas empresas do setor da *Construção*, revela o dinamismo exportador de setores tradicionalmente considerados “não transacionáveis” no âmbito da economia nacional.

3.2.3 EBITDA¹⁰

O EBITDA cresceu em 2010 (13%), após o decréscimo registado em 2009 (7%)

O EBITDA das SNF registou um crescimento de aproximadamente 13% em 2010, depois de ter verificado uma retração de 7% em 2009 (Quadro 7). Todavia, os dados preliminares da Central de Balanços apontam para uma nova variação negativa do EBITDA em 2011 (6% até ao terceiro trimestre de 2011, face ao período homólogo).

Quadro 7

EBITDA Taxa de crescimento anual										
Ano	Total	Por dimensão das empresas			Por setores de atividade económica					
		Micro	PME	Grandes	Agric. e Pescas	Indúst.	Elet. e Água	Constr.	Comérc.	Outros Serv.
2009	-6.6%	-11.8%	-3.8%	-6.9%	-7.3%	-20.5%	4.7%	-2.8%	-7.3%	-3.2%
2010	12.7%	13.3%	-13.3%	33.2%	12.0%	5.2%	-3.9%	-10.5%	-0.2%	32.3%

Apenas a Construção e a Eletricidade e Água não verificaram uma melhoria no EBITDA em 2010

O comportamento exibido pelo EBITDA das SNF em 2010 ficou a dever-se essencialmente às grandes empresas (crescimento de 33%)¹¹. Nas microempresas e nas PME o EBITDA sofreu evoluções divergentes, tendo verificado uma subida de 13% no primeiro grupo e uma descida, na mesma proporção, no segundo.

A nível setorial as exceções à melhoria do EBITDA foram a *Construção* (-11%) e a *Eletricidade e Água* (-4%). Quanto ao *Comércio*, embora não tenha registado um crescimento efetivo, apresentou uma taxa de variação menos negativa que em 2009 (-7% em 2009, que compara com -0.2% em 2010).

A proporção de empresas com aumento no EBITDA foi inferior em 2010

A evolução positiva deste indicador em termos agregados não foi extensiva a todas as SNF. A análise do Quadro 8 permite verificar que apenas 47% das empresas registaram crescimento no EBITDA em 2010, o que compara negativamente com o ano de 2009, onde essa proporção ultrapassava os 48%. Esta situação é patente nas microempresas e nas PME, sendo a classe das grandes empresas a única a apresentar, face a 2009, uma maior parcela de empresas com crescimento no EBITDA em 2010.

Quadro 8

EBITDA Empresas com crescimento anual										
Ano	Total	Por dimensão das empresas			Por setores de atividade económica					
		Micro	PME	Grandes	Agric. e Pescas	Indúst.	Elet. e Água	Constr.	Comérc.	Outros Serv.
2009	48.4%	48.9%	45.2%	47.1%	46.4%	45.2%	51.9%	46.4%	48.1%	50.1%
2010	46.5%	47.3%	41.2%	48.4%	52.0%	45.3%	53.8%	44.8%	46.0%	47.1%

¹⁰ EBITDA, que representa a sigla da expressão inglesa *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*, é, neste caso, entendido como o resultado do exercício acrescido dos custos registados por conta de juros, impostos, depreciações e amortizações.

¹¹ A evolução do EBITDA registada em 2010 incorpora o efeito da operação de alienação da posição da Portugal Telecom na brasileira Vivo, atendendo ao proveito decorrente da operação. Esta situação tem impacto na evolução registada pelo total das SNF, em particular nas grandes empresas, e nas empresas do setor dos *Outros Serviços* (Secção J - *Atividades de informação e comunicação*).

Todos os demais setores apresentaram expansões do EBITDA, com destaque para a evolução registada pelos *Outros Serviços* (32%). Todavia, é de notar que neste setor a parcela de empresas com crescimento do EBITDA diminuiu face ao observado em 2009 (47% das empresas, que compara com 50% em 2009). Destaque, por último, para o comportamento das empresas da Secção J – *Atividades de informação e de comunicação*, com um crescimento significativo do EBITDA (acima de 150%, ainda que associado a uma parcela mais reduzida das empresas: 48%, face a 50% em 2009). Já as empresas da Secção L – *Atividades imobiliárias* registaram uma quebra de perto de 32% neste indicador.

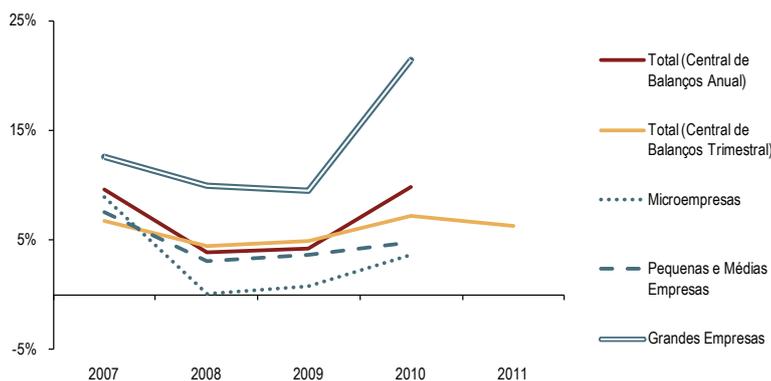
3.2.4 Rendibilidade dos capitais próprios¹²

A rendibilidade dos capitais próprios das SNF aumentou cerca de 6 p.p. em 2010 (10%), tendo este crescimento sido particularmente notório nas grandes empresas (12 p.p.)¹³. Nas microempresas o aumento foi de 3 p.p. e nas PME foi de 1 p.p.. Para 2011, os dados preliminares da Central de Balanços apontam para uma diminuição da rendibilidade dos capitais próprios das SNF (Gráfico 6).

A rendibilidade dos capitais próprios das SNF cresceu em 2010 situando-se em 10%

Gráfico 6

RENDIBILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS



A nível setorial, todas as atividades registaram variações positivas no valor médio da rendibilidade dos capitais próprios, com destaque para a variação de 8 p.p. nos *Outros Serviços* (associada ao comportamento das empresas da Secção J – *Atividades de informação e de comunicação* e da Secção M – *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*), ao passo que o *Comércio* registou o menor crescimento (2 p.p.). Ainda assim, em 2010 a *Eletricidade e Água* manteve a maior rendibilidade média dos capitais próprios (16%) e a *Agricultura e Pescas* a menor (2%) (Quadro 9).

Todas as atividades verificaram uma melhoria neste indicador

¹² Calculada através do rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios, esta rendibilidade mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios. Note-se que a rendibilidade dos capitais próprios, como se refere no *Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011 – Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, é calculada, em termos individuais, apenas para as empresas com níveis de capitais próprios positivos.

¹³ À semelhança do referido no que respeita à evolução do EBITDA, também o nível da rendibilidade dos capitais próprios se encontra, em 2010, afetado pela alienação da posição da Portugal Telecom na brasileira Vivo, através dos resultados obtidos pelas empresas do Grupo Portugal Telecom.

Quadro 9

RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS								
Dimensão de análise	Ano	Total	Por setores de atividade económica					
			Agric. e Pescas	Indústria	Elet. e Água	Constr.	Comércio	Outros Serv.
Média ponderada	2009	4.2%	-1.9%	2.6%	10.2%	0.1%	5.8%	3.7%
	2010	9.8%	1.7%	7.7%	15.5%	3.8%	8.3%	11.7%
Número de empresas com rendibilidades positivas	2009	65.7%	59.4%	69.7%	60.4%	63.7%	68.6%	63.9%
	2010	65.9%	63.0%	71.3%	66.4%	63.8%	68.9%	63.6%

Apesar da evolução das rendibilidades médias referida anteriormente, a maioria das empresas não melhorou a sua rentabilidade. A proporção de empresas com rendibilidades positivas manteve-se inalterada face a 2009 (66%), situação registada de forma similar nos setores da *Construção*, *Comércio* e *Outros Serviços*. Já nos setores da *Eletricidade e Água*, *Agricultura e Pescas* e *Indústria* verificou-se uma expansão do número de empresas com rendibilidades positivas (em 6 p.p., 4 p.p. e 2 p.p., respetivamente).

De referir, todavia, que esta análise incide apenas sobre as empresas com capitais próprios positivos, condição que leva à exclusão de um quarto das SNF (Quadro 10).

A proporção de empresas com capitais próprios negativos nas SNF manteve-se inalterada em 2010, notando-se, ainda assim, uma ligeira expansão no setor da *Eletricidade e Água* (1.2 p.p.) e uma redução no setor da *Agricultura e Pescas* (2.5 p.p.).

Quadro 10

EMPRESAS COM CAPITAIS PRÓPRIOS NEGATIVOS							
Ano	Total	Por setores de atividade económica					
		Agricultura e Pescas	Indústria	Eletricidade e Água	Construção	Comércio	Outros Serv.
2009	25.3%	24.4%	22.5%	18.5%	19.3%	27.6%	26.5%
2010	25.3%	21.9%	22.0%	19.7%	19.7%	27.6%	26.6%

3.3 Situação financeira

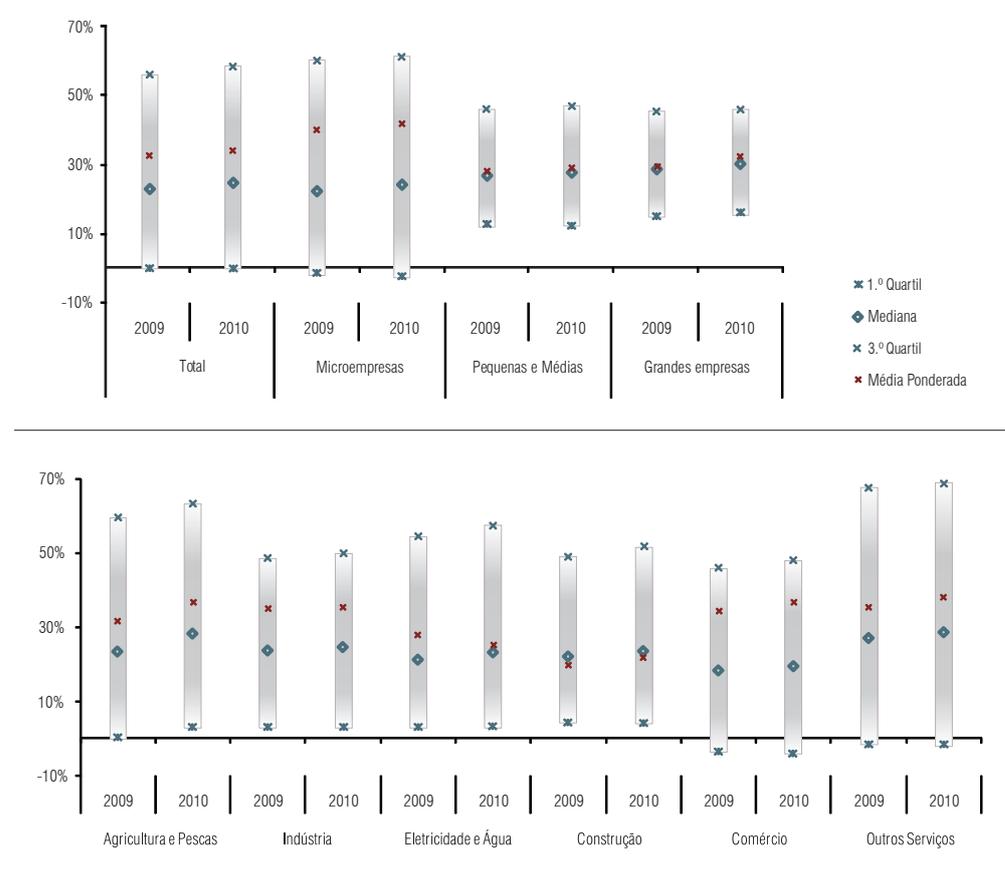
3.3.1 Estrutura financeira

De acordo com a informação da Central de Balanços, o nível de autonomia financeira das SNF ascendeu a 34% em 2010, tendo aumentado 2 p.p. em relação a 2009 (Gráfico 7). Este aumento foi registado em todos os quartis da distribuição e, genericamente, em todas as classes de dimensão. Todavia, é de notar que mais de metade das empresas em Portugal registou um grau de autonomia financeira inferior a esse valor, subsistindo um subconjunto de cerca de 25% das empresas que recorrem exclusivamente a capitais alheios para financiar a sua atividade. No extremo oposto da distribuição, outros 25% das empresas apresentam níveis de autonomia financeira superiores a 58%.

A autonomia financeira das empresas subiu 2 p.p. em 2010, situando-se em 34%

Gráfico 7

AUTONOMIA FINANCEIRA | Distribuição por quartis e média ponderada



Em termos médios, as microempresas continuaram a ser a classe de dimensão com a maior proporção de ativos financiados por capitais próprios (41%). No entanto, esse resultado é muito influenciado por um conjunto reduzido de empresas com níveis de capitais próprios elevados, dado que a média se situa 17 p.p. acima da mediana, pelo que metade das empresas desta classe apresenta um nível de autonomia financeira inferior a 24%. As microempresas constituem mesmo a classe de dimensão com maior heterogeneidade de resultados neste indicador, com o intervalo interquartis a ascender a 64 p.p.

As microempresas exibiam, em média, maior autonomia financeira

A *Construção* apresentava o grau de autonomia financeira mais baixo de entre todas as atividades económicas

Pelo contrário, nas classes das PME e das grandes empresas verificam-se resultados mais homogêneos ao nível do grau de autonomia financeira (intervalos interquartis inferiores a 35 p.p.). O resultado médio para estas classes é também mais representativo do que se verifica no conjunto destas empresas dado que o valor é genericamente coincidente com a mediana (mediana de 27% nas PME e de 30% nas grandes empresas, que comparam com valores médios de 29% e de 32%, respetivamente).

Ao nível dos setores de atividade económica deve ser notado o aumento generalizado do valor médio da autonomia financeira em 2010, com exceção do setor da *Eletricidade e Água* (Gráfico 7). A *Construção* manteve-se com o menor grau de autonomia financeira (22%), sendo que uma parcela equivalente a metade das empresas do setor regista, inclusivamente, níveis de autonomia financeira inferiores ao valor médio do setor.

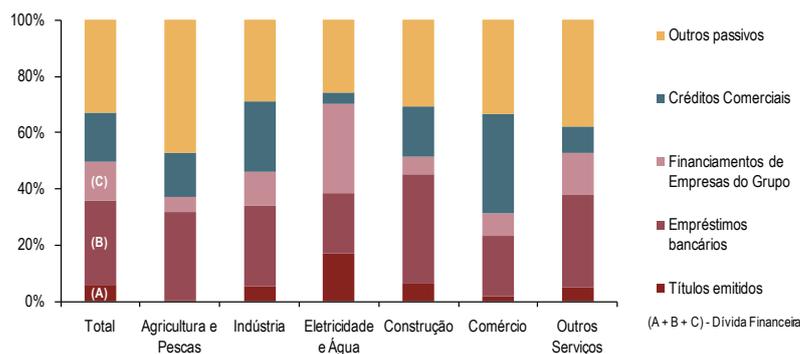
O *Comércio* e os *Outros Serviços* continuaram a apresentar a maior proporção de empresas com capitais próprios negativos, situação que pode ser verificada no resultado do primeiro quartil da distribuição. Todavia, estes dois setores são também os que apresentam o valor médio de autonomia financeira mais elevado (38% no caso dos *Outros Serviços* e 37% no caso do *Comércio*), o que se explica pela relevância que um subconjunto de empresas mais capitalizadas tem nestes setores e demonstra a elevada diversidade de situações que estes agregados contêm.

A dívida financeira e os créditos comerciais representavam mais de dois terços do financiamento alheio das SNF...

Em face do exposto, conclui-se que o capital alheio tem um papel muito relevante no financiamento da atividade das SNF em Portugal, pelo que importa analisar em pormenor as suas características. O Gráfico 8 detalha as fontes de financiamento alheio em 2010, sendo possível constatar que a dívida financeira¹⁴ e os créditos comerciais representavam no seu conjunto mais de dois terços das fontes de financiamento alheio das SNF. No entanto, a importância relativa de cada uma destas fontes de financiamento diverge entre os diversos setores de atividade¹⁵.

Gráfico 8

ESTRUTURA DO PASSIVO (2010)



Com efeito, os créditos comerciais apresentavam particular relevância nos setores do *Comércio* (35%) e da *Indústria* (26%), enquanto o seu peso no passivo da *Eletricidade e Água* não excedia 4%.

¹⁴ Corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente através da emissão de títulos de dívida, ou junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, ou ainda junto de empresas do grupo.

¹⁵ Foram excluídas da análise as componentes do passivo consideradas eminentemente contabilísticas, como sejam os diferimentos e as provisões. Desta forma, a classe "Outros passivos" incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, dívidas a acionistas/sócios, outros passivos correntes e outras contas a pagar.

... a dívida financeira representava mais de metade do financiamento alheio da *Eletricidade e Água, Outros Serviços e Construção*

A componente de dívida financeira representava mais de metade do financiamento de setores como a *Eletricidade e Água* (70%), os *Outros Serviços* (53%) e a *Construção* (52%). Os empréstimos bancários, em particular, representavam entre 21% e 39% dos passivos na *Eletricidade e Água* e na *Construção*, respetivamente. Os financiamentos de empresas do grupo oscilavam entre 5%, na *Agricultura e Pescas*, e 32%, na *Eletricidade e Água*. Já os títulos de dívida foram particularmente relevantes no setor da *Eletricidade e Água* (17%), enquanto no *Comércio* e na *Agricultura e Pescas* o seu peso se situou abaixo dos 2%.

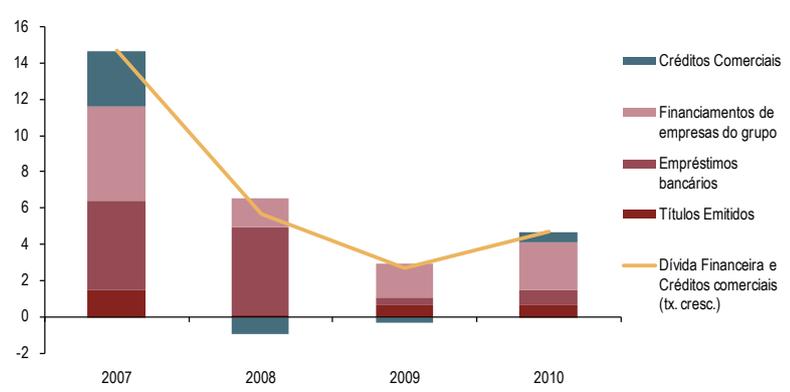
Os outros passivos assumem maior relevância no setor da *Agricultura e Pescas* (47% dos seus passivos), e estão em grande medida associados a dívidas junto de acionistas/sócios.

Estas estruturas mantiveram-se relativamente inalteradas face a 2009, sendo de realçar como principal alteração apenas a redução de 5 p.p. do peso dos empréstimos bancários no financiamento da *Construção*.

Analisando a evolução conjunta da dívida financeira e dos créditos comerciais verifica-se que o agregado registou um crescimento na ordem dos 5% em 2010, com todas as componentes a contribuírem positivamente. Ainda assim, os financiamentos de empresas do grupo destacam-se das restantes fontes de financiamento, por terem crescido 14% em 2010, tendo dado deste modo um contributo decisivo para o crescimento da rubrica agregada (Gráfico 9).

Gráfico 9

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA E DOS CRÉDITOS COMERCIAIS | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)



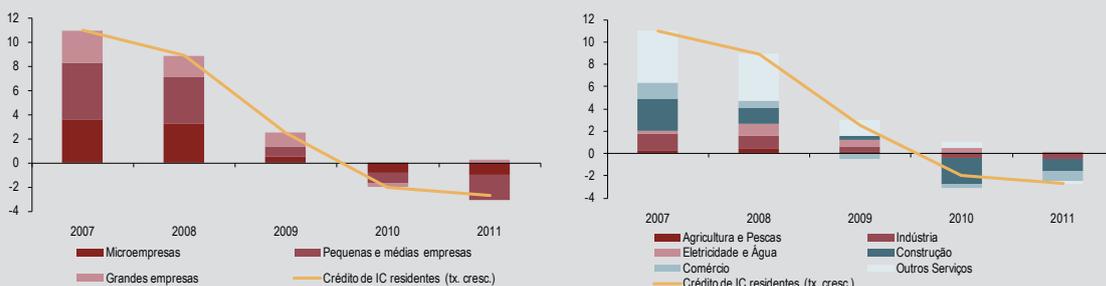
CAIXA 2 | EMPRÉSTIMOS OBTIDOS JUNTO DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO RESIDENTES – CARACTERIZAÇÃO COM BASE NA CENTRAL DE RESPONSABILIDADES DE CRÉDITO¹⁶

Os empréstimos obtidos junto de instituições de crédito (IC¹⁷) constituem uma das principais componentes da dívida financeira das empresas (60% da dívida financeira e cerca de 30% do passivo total em 2010). Com base na informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, procede-se à análise da componente relacionada com os empréstimos obtidos junto de IC residentes em Portugal. Em 2010, esta parcela representava cerca de 90% do total de empréstimos obtidos pelas SNF junto de IC e envolvia 66% das empresas do setor.

O crédito obtido junto de IC residentes contraiu 3% em 2011, à semelhança do que já havia acontecido em 2010 (contração de 2%). A contração em 2011 ficou a dever-se às PME e às microempresas, dado que as grandes empresas contribuíram de forma positiva para a evolução agregada, por terem verificado um aumento no crédito que lhes foi dirigido de cerca de 2% (Gráfico 2.1).

Gráfico 2.1

EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO OBTIDO JUNTO DE IC RESIDENTES | Taxa de crescimento anual (em %) e contributos (em p.p.)



Nota: Inclui operações de venda de crédito, sobretudo relevantes em 2010 e 2011.

Por setores de atividade económica apenas a *Eletricidade e Água* registou um aumento do crédito (1%). Nas restantes atividades são de salientar as diminuições registadas no *Comércio* (6%), na *Construção* (5%) e na *Indústria* (4%).

O rácio de crédito vencido¹⁸ no crédito concedido a SNF por IC residentes manteve, em 2011, a trajetória ascendente iniciada em 2007. De facto, em 2011 o rácio de crédito vencido das SNF ultrapassou os 7% depois de em 2010 ter chegado próximo dos 5%. Este aumento foi particularmente expressivo nas microempresas, em que o rácio de crédito vencido atingiu os 10%. As empresas de grande dimensão, apesar de apresentarem níveis mais baixos de crédito vencido, registaram igualmente um crescimento neste indicador, que se aproximou dos 2% (Gráfico 2.2).

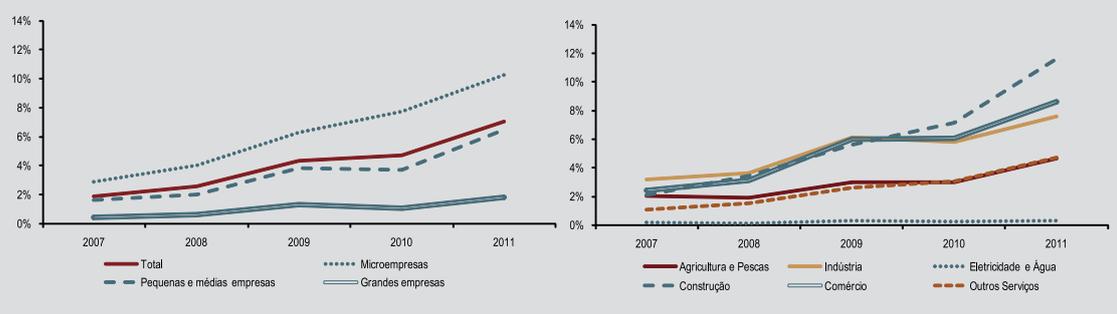
¹⁶ A Central de Responsabilidade de Crédito é uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes que concedem crédito) sobre os créditos concedidos. Para mais informação deve ser consultado o Suplemento 1/2005 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, *Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras*.

¹⁷ Incluem nomeadamente os bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo (genericamente designados por "bancos" neste *Estudo*), bem como as sociedades de *factoring*, sociedades financeiras para aquisições a crédito e sociedades de locação financeira. De notar que mais de 95% do crédito concedido a SNF em 2011 por instituições de crédito residentes teve origem em bancos.

¹⁸ Para o rácio de crédito vencido é utilizada a informação sobre créditos concedidos por IC residentes da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, sendo calculada a proporção dos montantes de crédito vencido no total de crédito obtido. O crédito considera-se vencido quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado.

Gráfico 2.2

RÁCIOS DE CRÉDITO VENCIDO

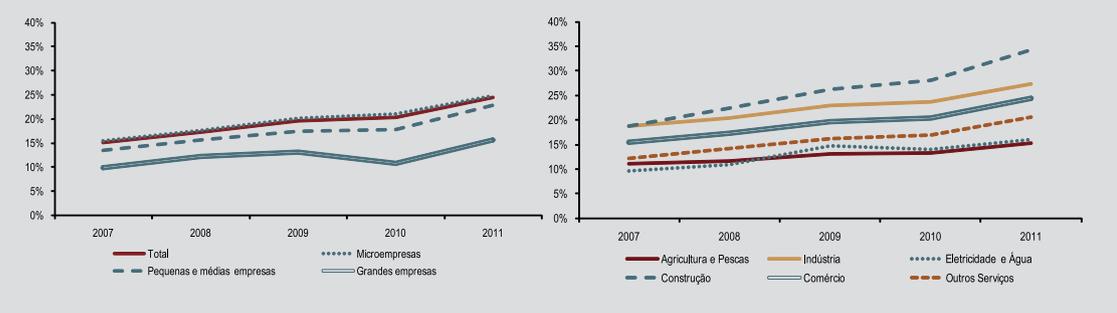


O aumento do crédito vencido em 2011 foi transversal a todos setores de atividade económica (inclusive na *Eletricidade* e *Água*, ainda que marginalmente). Destacam-se, em especial, as empresas do setor da *Construção*, cujo rácio de crédito vencido médio chegou perto de 12%, o que representa um crescimento de 4.5 p.p. face a 2010. O *Comércio* e a *Indústria* são os setores que se seguem com rácios de crédito vencido de 9% e 8%, respetivamente.

A contribuir para o rácio de crédito vencido em 2011 estiveram perto de 25% das SNF com crédito junto de IC residentes, situação que compara com 15% em 2007 e 20% em 2010 (Gráfico 2.3). Destaque para as classes das microempresas e das PME, no âmbito das quais 25% e 23% das empresas, respetivamente, apresentaram situações de crédito vencido em 2011, sendo representativas de mais de 99% do total de SNF nesta situação. Na classe das grandes empresas a proporção de entidades com crédito vencido situou-se nos 16% em 2011, ainda assim num nível substancialmente acima do registado em 2010 (11%).

Gráfico 2.3

EMPRESAS COM CRÉDITO VENCIDO



Por setores de atividade económica a *Construção* destaca-se novamente, com mais de 34% das empresas a apresentarem situações de crédito vencido em 2011, tendo registado o maior crescimento de entre todas as atividades (6 p.p. face a 2010). A *Indústria* é o setor que mais se aproxima deste valor, com a parcela de empresas com crédito vencido a chegar aos 27%. Os setores da *Eletricidade e Água* e da *Agricultura e Pescas* encontram-se no polo oposto, sendo aqueles em que a proporção de empresas com crédito vencido é historicamente menor (em torno de 16% em 2011).

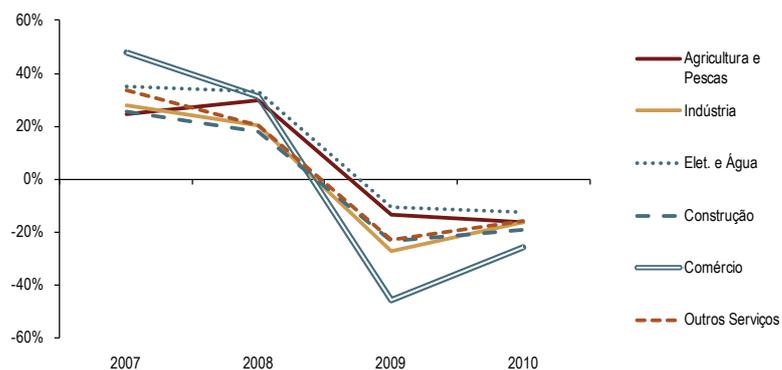
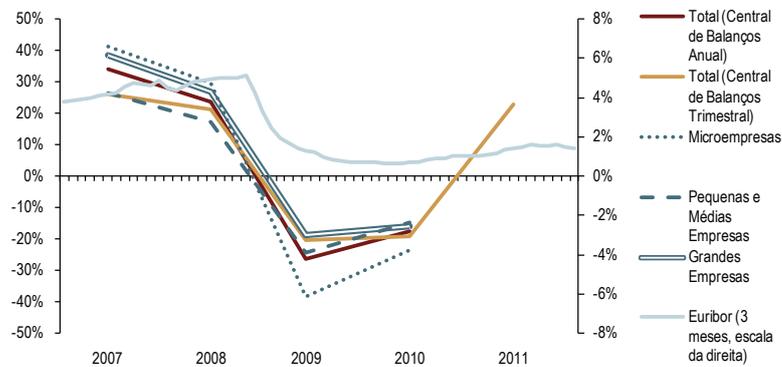
3.3.2 Custos financeiros e solvabilidade

Atendendo a que uma larga parcela do financiamento das SNF em Portugal é obtida por via de dívida financeira, é fundamental analisar a evolução dos custos que remuneram este tipo de financiamento, bem como a capacidade das empresas cumprirem os compromissos associados à dívida contraída.

Embora o ano de 2010 tenha sido marcado pela crise da dívida soberana na área do euro, o respetivo aumento do prémio de risco não teve efeito imediato nos juros suportados pelas SNF, que se mantiveram com taxas de crescimento negativas (Gráfico 10). O efeito adverso das condições de financiamento da economia portuguesa refletir-se-á por certo nos resultados de 2011 das empresas da Central de Balanços, com os dados preliminares a apontarem já para um aumento expressivo da componente de juros suportados.

Gráfico 10

JUROS SUPORTADOS | Taxa de crescimento anual e taxa de juro de mercado



Os juros suportados pelas empresas continuaram a reduzir-se em 2010 em todas as classes de dimensão e setores de atividade económica

Os juros suportados pelas SNF em 2010 diminuíram 17% face a 2009, tendo este decréscimo sido significativo em todas as classes de dimensão (24% nas microempresas; 15% nas PME e 16% nas grandes empresas). Ainda assim, o decréscimo dos juros suportados foi em qualquer dos casos menor do que o registado em 2009, mas mais significativo junto das PME e das microempresas.

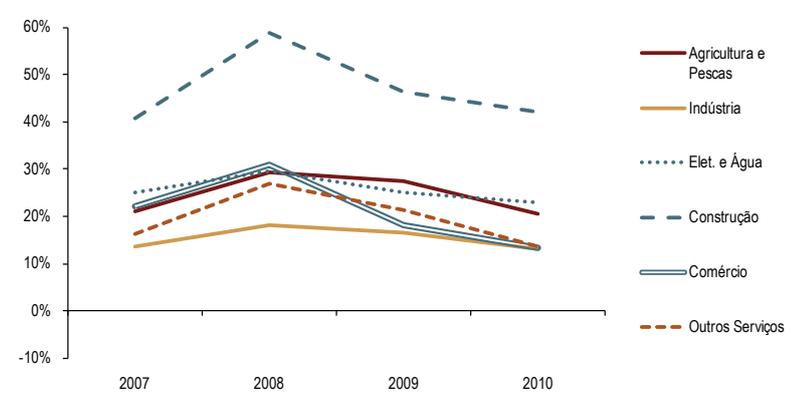
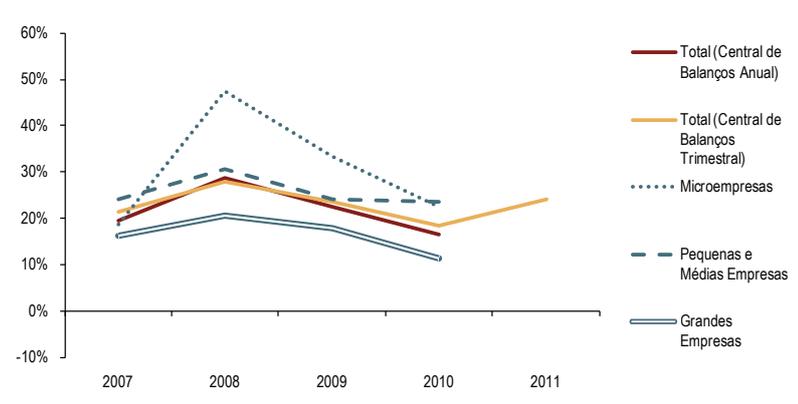
A queda dos juros suportados foi igualmente generalizada ao nível dos setores de atividade económica, cabendo ao *Comércio* a maior retração (26%). Contudo, na *Eletricidade e Água* e na *Agricultura e Pescas* o decréscimo dos juros, em termos percentuais, foi superior ao verificado em 2009 (Gráfico 10).

Embora em 2010 se tenha registado uma ligeira expansão da dívida financeira, a queda nos juros suportados associada ao crescimento do EBITDA foi determinante para que se tenha verificado uma menor pressão financeira sobre as empresas. Assim, em 2010, a proporção do EBITDA consumida pelo pagamento de juros cifrou-se em 17%, o que representa uma descida de 6 p.p. face a 2009. A melhoria deste indicador foi sentida essencialmente pelas microempresas (-11 p.p.) e pelas grandes empresas (-7 p.p.), dado que nas PME a melhoria foi marginal (-0.5 p.p.). As empresas de maior dimensão mantiveram o melhor grau de cobertura de juros (Gráfico 11).

A pressão financeira, avaliada pelo peso dos juros suportados no EBITDA, também diminuiu em 2010

Gráfico 11

PESO DOS JUROS SUPORTADOS NO EBITDA



Por setores de atividade económica destaque para o posicionamento do setor da *Construção*, onde os juros absorveram cerca de 42% do EBITDA em 2010, mantendo-se, de resto, o setor com os resultados mais elevados neste indicador. Em oposição, o setor da *Indústria* manteve-se com o menor grau de cobertura de juros pelo EBITDA (13%), seguido dos setores do *Comércio* e dos *Outros Serviços* (com valores à volta dos 14%).

A *Construção* é a atividade com o maior nível de pressão financeira

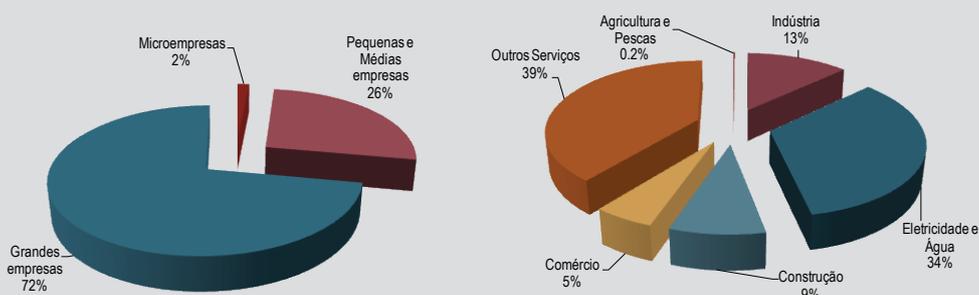
CAIXA 3 - CRÉDITO OBTIDO ATRAVÉS DA EMISSÃO DE TÍTULOS DE DÍVIDA – CARACTERIZAÇÃO COM BASE NO SISTEMA INTEGRADO DE ESTATÍSTICAS DE TÍTULOS¹⁹

O financiamento obtido através da emissão de títulos de dívida representava 13% da dívida financeira das SNF em 2010 (6% do passivo total). Com base na informação disponível no Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos do Banco de Portugal é efetuada uma breve caracterização desta fonte de financiamento, com enfoque na informação mais recente, relativa ao ano de 2011.

O montante total do financiamento por títulos de dívida cresceu 3% em 2011, ascendendo a mais de 22 mil milhões de euros. Por dimensão das empresas, observa-se que são as grandes empresas que mais recorrem a este tipo de financiamento, sendo responsáveis por 72% do total de títulos emitidos (Gráfico 3.1). As PME representam 26% e as microempresas apenas 2%, o que demonstra a pouca importância que este tipo de financiamento possui para as empresas de menor dimensão. Contudo, é de notar o aumento sustentado da contribuição das PME para o total de títulos emitidos. Em 2007 foi de 14%, em 2009 de 25% e em 2011 de 26%.

Gráfico 3.1

FINANCIAMENTO POR TÍTULOS DE DÍVIDA (POSIÇÃO EM 2011)



Por setores de atividade económica destacam-se os *Outros Serviços* (com particular destaque para as Secções H – *Transportes e armazenagem* e M – *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares*, que inclui as atividades das sedes sociais e de consultoria para a gestão) e a *Eletricidade e Água*, responsáveis por perto de 73% do montante total emitido. Em termos de relevância, seguem-se a *Indústria* (13%) e a *Construção* (9%). Esta estrutura não se alterou significativamente face a 2010 sendo, ainda assim, de notar um ligeiro aumento na contribuição da *Eletricidade e Água* (3 p.p.) por contrapartida dos *Outros Serviços* (-2 p.p.).

No que respeita à maturidade dos títulos, o peso das emissões de curto prazo aumentou 2 p.p. em 2011, atingindo 64% do total emitido. Esta situação veio quebrar a tendência de crescimento que as emissões de longo prazo apresentavam desde 2007.

Por dimensão das empresas constata-se que as emissões de curto prazo têm um maior peso nas grandes empresas, onde representam 71% do total dos títulos de dívida emitidos pela classe, tendo este peso aumentado 4 p.p. em relação a 2010. Nas restantes classes de dimensão de empresas existe um relativo equilíbrio entre ambas as maturidades.

Por setores de atividade económica a *Eletricidade e Água* destaca-se, com os títulos de dívida de curto prazo a representarem 78% do total do setor em 2011, refletindo um acréscimo de 11 p.p. em relação ao ano transato. No entanto, é na *Agricultura e Pescas* que o peso relativo dos títulos com maturidade inferior a 1 ano é maior (94%). Os *Outros Serviços*, com 52%, foi a atividade com menor peso das emissões de curto prazo (Quadro 3.1).

¹⁹ O Sistema Integrado de Estatísticas de Títulos é um sistema de informação gerido pelo Banco de Portugal relativo a emissões e carteiras de títulos, numa base "título-a-título" e "investidor-a-investidor". Para mais informação, deve ser consultado o Suplemento 2/2008 ao Boletim Estatístico do Banco de Portugal, *Estatísticas de títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados*.

Quadro 3.1

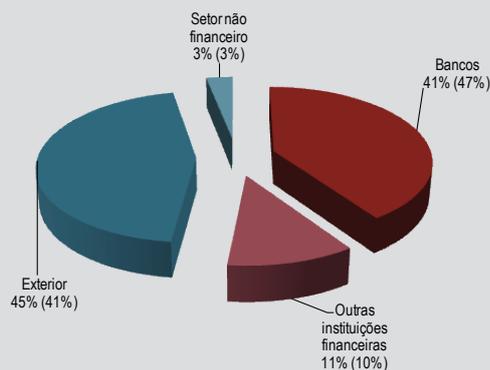
PESO DOS TÍTULOS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO NO TOTAL DE TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS

Setor de atividade económica	2010	2011
Agricultura e Pescas	94%	94%
Indústria	68%	67%
Elettricidade e Água	67%	78%
Construção	68%	63%
Comércio	63%	60%
Outros Serviços	54%	52%
Total	62%	64%

A análise dos detentores dos títulos de dívida emitidos pelas empresas permite saber que setores institucionais concederam, por esta via, financiamento às SNF²⁰. Em 2011 é de salientar a diminuição da exposição do sistema bancário residente aos títulos de dívida emitidos por SNF. De facto, os bancos passaram a deter 41% dos títulos de dívida emitidos por SNF, o que representa uma redução de 6 p.p. relativamente a 2010. Esta redução é compensada essencialmente pelo acréscimo na carteira do exterior (5 p.p.), que assim se tornou detentor de 45% dos títulos de dívida das SNF (Gráfico 3.2).

Gráfico 3.2

ESTRUTURA DOS DETENTORES DE TÍTULOS DE DÍVIDA (2011) | 2010 entre parênteses



Em termos do prazo dos títulos, os bancos residentes detinham, em 2011, 47% dos títulos de dívida de curto prazo e as entidades não residentes 46%. Nos títulos de dívida de longo prazo o principal detentor era o exterior (44%), seguido pelos bancos residentes (31%) e pelas outras instituições financeiras (19%).

²⁰ Nesta componente, contrariamente à análise sobre emissões de títulos, incluem-se os títulos de dívida emitidos pelas sociedades gestoras de participações sociais classificadas na Secção K - Atividades Financeiras e de Seguros da CAE Rev.3.

O financiamento das empresas por dívida comercial aumentou em 2010

Os prazos médios de pagamentos e de recebimentos reduziram-se em 2010

Os prazos médios das microempresas e das PME permaneceram significativamente superiores aos das grandes empresas

A *Construção* manteve-se como o setor com os maiores prazos médios, tendo registado inclusivamente aumentos em 2010

3.3.3 Financiamento por dívida comercial

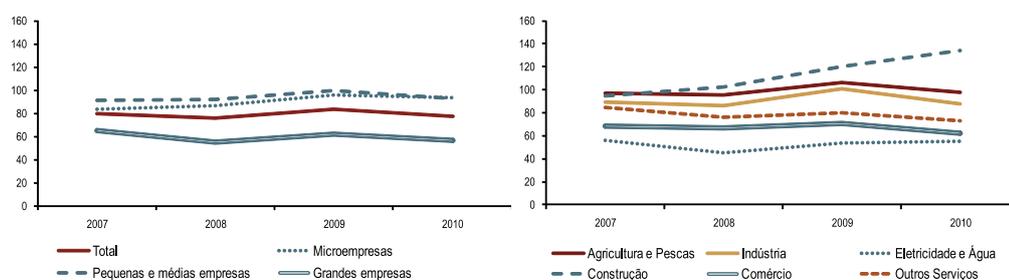
Após um período de dois anos de decréscimos consecutivos, o financiamento por dívida comercial aumentou 2% em 2010, passando a representar 17% do total do passivo das SNF.

Os fluxos associados ao crédito comercial são um indicador relevante da pressão financeira sentida pelas empresas. O dilatamento do prazo médio de recebimentos acarreta dificuldades de tesouraria nas empresas, que serão tanto mais relevantes quanto for a incapacidade das mesmas em aumentar o prazo de pagamentos aos fornecedores ou de obter recursos junto de outros financiadores, nomeadamente nos bancos.

Em linha com a recuperação da atividade económica, em 2010 registou-se uma redução dos prazos médios de recebimentos e de pagamentos, com a descida no prazo médio de recebimentos a ser mais significativa, aproximando o indicador dos valores observados em 2008 (Gráficos 12 e 13). Em termos médios, os recebimentos foram efetuados em 77 dias (84 dias em 2009), enquanto os pagamentos foram efetuados em 83 dias (86 dias em 2009).

Gráfico 12

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS | Em dias

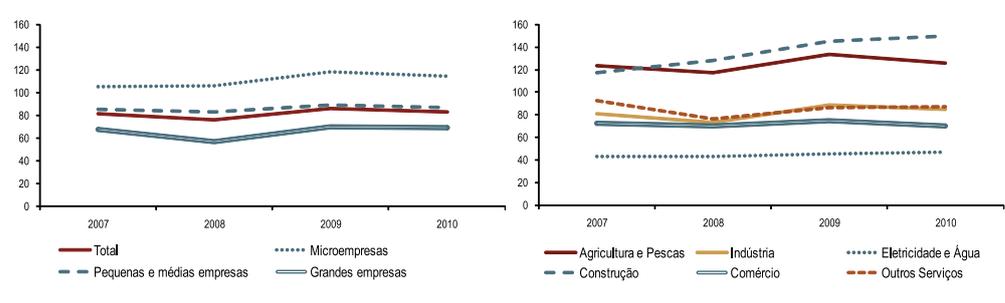


A descida dos prazos médios foi sentida em todas as classes de dimensão, embora com maior intensidade nas PME e nas grandes empresas, nomeadamente no que diz respeito aos recebimentos. Os prazos médios de recebimentos das microempresas (94 dias) e das PME (93 dias) permaneceram, em 2010, significativamente acima dos registados pelas grandes empresas (57 dias). Esta situação verificou-se também do lado dos prazos médios de pagamentos, embora aqui as PME se tenham aproximado mais dos valores das grandes empresas (114 dias nas microempresas, 87 dias nas PME e 69 dias nas grandes empresas).

Por setores de atividade económica, em 2010 verificaram-se decréscimos nos prazos médios de recebimentos e de pagamentos na *Indústria*, na *Agricultura e Pescas* e no *Comércio*. No sentido oposto destaque para a *Construção*, que aumentou o seu prazo médio de recebimentos em 14 dias e o de pagamentos em 4 dias, face a 2009. Esta é de resto uma tendência que vem sendo notada nos últimos anos e que facilmente se observa comparando os valores de 2010 com os de 2007. Neste período o prazo médio de recebimentos aumentou 39 dias e o de pagamentos cresceu 32 dias. A *Eletricidade e Água*, embora tenha verificado um aumento ligeiro dos prazos médios em 2010, manteve os prazos médios de recebimentos e pagamentos mais reduzidos (55 dias nos recebimentos e 47 dias nos pagamentos).

Gráfico 13

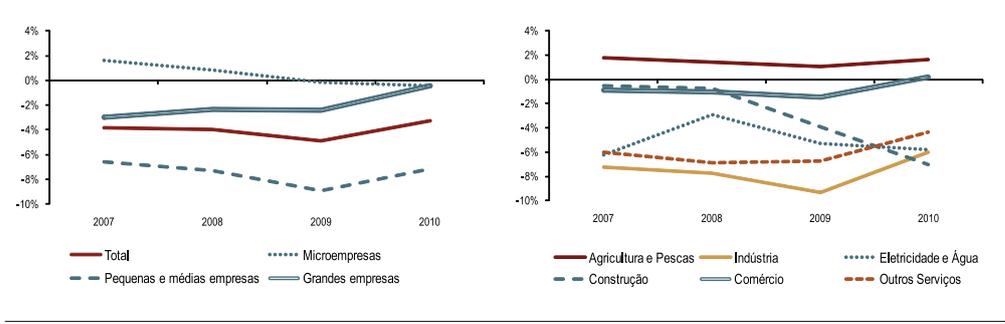
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS | Em dias



Os prazos médios dão uma indicação do desfasamento temporal associado ao recebimento e ao pagamento das dívidas comerciais associadas à atividade das empresas. Para complementar esta análise e avaliar de que forma as empresas se financiam por esta via, foi calculado um indicador líquido do financiamento por dívida comercial que consiste na relação entre os saldos de fornecedores e de clientes face ao volume de negócios (Gráfico 14). Um valor negativo implica a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, significando que globalmente a empresa está a financiar os seus clientes; um valor positivo implica que o setor dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, está a obter financiamento através dos seus fornecedores.

Gráfico 14

FINANCIAMENTO LÍQUIDO POR DÍVIDA COMERCIAL | Em % do volume de negócios



Nota: O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo da conta de fornecedores e o saldo da conta de clientes (saldo de fornecedores-saldo de clientes).

Na medida em que o valor deste indicador para as SNF oscilou entre -3% e -5% no período 2007-2010, é possível inferir que o setor, em termos líquidos, não obtém financiamento por via dos créditos comerciais.

Este facto é particularmente assinalável nas PME, onde este indicador se situou em -7% em 2010 (-9% em 2009). Já as grandes empresas, dando continuidade à tendência que vinha de anos anteriores, apresentaram uma melhoria neste indicador em 2010, aproximando o agregado de um valor de equilíbrio (-0.4%). Este valor é idêntico ao registado pelas microempresas que têm, no entanto, vindo a registar a tendência inversa. Esta classe de dimensão foi mesmo a única a apresentar capacidade líquida de financiamento através da dívida comercial, tendo porém alterado a situação a partir de 2009.

Em termos líquidos, as SNF não têm conseguido obter financiamento por dívida comercial

Por setores de atividade económica, em 2010 apenas a *Eletricidade e Água* e a *Construção* verificaram um agravamento do diferencial entre as dívidas comerciais ativas e passivas. Assim, enquanto na primeira atividade esse agravamento é ligeiro (-1 p.p.), na *Construção* o diferencial agrava-se substancialmente (-3 p.p.) em resultado de um aumento de cerca de 12% nas dívidas de clientes, que compara com um aumento de menos de 3% nas dívidas a fornecedores. Esta situação de agravamento iniciou-se em 2008, período no qual as empresas do setor detinham uma posição de relativo equilíbrio entre financiamentos obtidos e concedidos através de dívida comercial. Este diferencial foi estimado em 2009 em cerca de -4% do volume de negócios do setor, tendo ascendido a cerca de -7% em 2010, ultrapassando inclusivamente o setor da *Indústria*, que no período 2007-2009 manteve sempre o pior posicionamento no que a este indicador diz respeito. A *Agricultura e Pescas* manteve-se como a única atividade onde o financiamento líquido por dívida comercial tem sido positivo e constante, situação que inclusivamente melhorou em 2010.

ANEXOS E REFERÊNCIAS



SÍNTESE METODOLÓGICA



REFERÊNCIAS



ANEXOS E REFERÊNCIAS

SÍNTESE METODOLÓGICA

Autonomia financeira: Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

Dimensão da empresa: As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta Recomendação são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste *Estudo*, as pequenas e médias empresas (PME) não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros e/ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

Distribuição por quartis: Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde ao valor da empresa que se situa na posição correspondente a 25% da amostra ordenada (i.e., em que 25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde a 50%, ou seja, o valor do indicador para esta empresa parte a distribuição ao meio, havendo então metade das empresas com valor superior e também metade com valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e apenas 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão existente na distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011 – Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*.

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações. O novo normativo contabilístico (SNC) eliminou o conceito de custos e proveitos extraordinários, assim como deixou de permitir a identificação inequívoca das componentes financeiras. Como tal, optou-se por adotar o conceito de EBITDA definido pelo SNC, ajustando, tanto quanto possível, os dados reportados de acordo com o anterior normativo contabilístico (POC), referentes ao período 2006-2009.

Rendibilidade dos capitais próprios: Rácio entre o resultado líquido do exercício e os capitais próprios. Visto que ambas as rubricas (numerador e denominador) podem assumir valores positivos ou negativos, o indicador apenas é calculado, ao nível individual, nas situações em que os capitais próprios são positivos.

Setor de atividade económica: Por forma a simplificar a análise, em termos genéricos, agregaram-se algumas Secções da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas – Revisão 3 (CAE-Rev.3),

associando-se as atividades com características semelhantes. Deste modo, foram construídos os seguintes agregados: *Agricultura e Pescas* (Secção A); *Indústria* (Secções B e C); *Eletricidade e Água* (Secções D e E), *Construção* (Secção F), *Comércio* (Secção G) e *Outros Serviços* (Secções H a S, com exceção das Secções K e O). Consequentemente, foram excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções O – *Administração Pública e Defesa*; *Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais* da CAE-Rev.3, por não se incluírem no setor institucional das SNF, tendo sido também excluídas as empresas classificadas na Secção K – *Atividades Financeiras e de Seguros* onde se incorporam as Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) não financeiras sem envolvimento na gestão das participadas que, apesar de ainda pertencerem ao setor das SNF (conforme regulamentado no SEC95), não foram consideradas neste *Estudo* em virtude das suas características muito específicas que as distinguem das restantes SNF.



REFERÊNCIAS

[1] **Banco de Portugal (2005)**, *Utilização da Central de Responsabilidades de Crédito no âmbito das Estatísticas Monetárias e Financeiras*, Suplemento 1/2005 ao Boletim Estatístico de abril de 2005.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2005.pdf>

[2] **Banco de Portugal (2005)**, *Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*, Suplemento 5/2005 ao Boletim Estatístico de dezembro de 2005.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-5-2005.pdf>

[3] **Banco de Portugal (2008)**, *Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços*, Suplemento 1/2008 ao Boletim Estatístico de maio de 2008.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-1-2008.pdf>

[4] **Banco de Portugal (2008)**, *Estatísticas de Títulos: Caracterização do Sistema Integrado e Apresentação de Resultados*, Suplemento 2/2008 ao Boletim Estatístico de junho de 2008.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Suplemento-2-2008.pdf>

[5] **Banco de Portugal (2010)**, *Estrutura e Dinâmica das Sociedades Não Financeiras em Portugal*, Estudos da Central de Balanços | 2, dezembro de 2010.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%202_2010.pdf

[6] **Banco de Portugal (2010)**, *Análise Sectorial das Sociedades Não Financeiras em Portugal*, Estudos da Central de Balanços | 3, setembro de 2011.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%203_2011.pdf

[7] **Banco de Portugal (2011)**, *Novos Quadros da Empresa e do Setor: Adaptação ao Sistema de Normalização Contabilística*, Estudos da Central de Balanços | 6, dezembro de 2011.

http://www.bportugal.pt/pt-PT/ServicosaoPublico/CentraldeBalancos/Publicacoes/Biblioteca%20de%20Tumbnails/Estudos%20da%20CB%206_2011.pdf

[8] **Banco de Portugal (2011)**, *Relatório de Estabilidade Financeira*, novembro de 2011.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/PublicacoesIntervencoes/Paginas/default.aspx>

[9] **Banco de Portugal (2011)**, *Relatório do Conselho de Administração – Relatório e Contas 2010*, maio de 2011.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/RelatorioAnual/Paginas/RelatorioAnual.aspx>

[10] **Banco de Portugal (2012)**, *Boletim Económico – Inverno|2011*, janeiro de 2012.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/Paginas/default.aspx>



[11] Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.

<http://dre.pt/pdf1sdip/2007/11/21900/0844008464.pdf>

[12] INE (2011), Empresas em Portugal – 2009.

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=116399684&PUBLICACOESstema=55579&PUBLICACOESmodo=2

[13] INE (dezembro de 2011), Contas Nacionais por Sector Institucional

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=107453227&DESTAQUESstema=55557&DESTAQUESmodo=2

[14] Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:124:0036:0041:pt:PDF>

[15] Regulamento (CE) n.º 2223/96 do Conselho, de 25 de junho de 1996.

<http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/Documents/RegCE2223ano96.pdf>

ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS

- 1 | QUADROS DA EMPRESA E DO SECTOR, novembro de 2010
- 2 | ESTRUTURA E DINÂMICA DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL, dezembro de 2010
- 3 | ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL, setembro de 2011
- 4 | ANÁLISE SETORIAL DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES, novembro de 2011
- 5 | ANÁLISE SETORIAL DO ALOJAMENTO, RESTAURAÇÃO E SIMILARES, novembro de 2011
- 6 | NOVOS QUADROS DA EMPRESA E DO SETOR: ADAPTAÇÃO AO SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA, dezembro de 2011
- 7 | ANÁLISE SETORIAL DAS SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS EM PORTUGAL 2010/2011, abril de 2012